Passou dos limites

MARINA SILVA

De repente, como em filme de terror, a mancha de óleo avança e vai destruindo tudo: a água da baía, o manguezal, as aves, os caranguejos, as praias, os pesqueiros, as redes. Marca os barcos, marca as casas. Crianças, adultos tentam salvar os bichos lavando, escovando. Tudo fica feio, sujo, os pescadores perdem o ânimo, o mangue perde a vida. E a Petrobras, nos jornais e na TV, afirma o seu "compromisso" com o meio ambiente.

Difícil dizer se a empresa passou dos limites antes, quando não usou a prevenção adequada, ou agora, com seu discurso inaceitável diante do prejuízo que causou à população do Rio, ao patrimônio ambiental do país e a todos os brasileiros.

Vejo essa tragédia com olhos amazônicos, de quem aprendeu a importância da sustentabilidade ambiental a partir de uma realidade oposta, não urbana. O modelo "civilizatório" do Sul e do Sudeste do país, que foi visto por muitos de nós como sonho de futuro, mostrou seus equívocos na Amazônia, sobretudo a partir dos anos 70, com a invasão da colonização baseada na derrubada de floresta e pecuária extensiva, desrespeitando o equilíbrio frágil do meio ambiente e a cultura da população local.

Assim, ao me emocionar e revoltar com o que está acontecendo na Baía de Guanabara, sinto que somos de vivências e ecossistemas tão diferentes, mas nossa tragédia é a mesma: a arrogância de quem tem poder e impõe as suas próprias prioridades como se fossem do interesse de toda a sociedade.

Muitos ainda insistem em chamar o vazamento de "acidente", com a mesma impropriedade com que os desastres ambientais e humanos que se repetem ano a ano nas grandes cidades brasileiras, como as enchentes, são atribuídos à natureza quando são fruto do caos urbano, da especulação que empurra os pobres para áreas de risco conhecido e da demagogia que os deixa lá, sem enfrentar com seriedade as questões da moradia para a população de baixa renda e do equilíbrio ecológico.

O que mais chama a atenção nas reações da Petrobras é sua acentuada preocupação com a imagem da empresa. A nota oficial usa tom forte, com foto dramática de uma ave agonizante, mas a coragem é só aparente.

Trata-se de uma peça de marketing — assim como as aparições do presidente da empresa — porque a realidade desmascara o que ali é dito. Na verdade, a Petrobras correu o tempo todo atrás do prejuízo. No início, quando ambientalistas experientes já diziam que o vazamento superava um milhão de litros, ela sustentava que eram 500 mil. Só reconheceu a proporção maior do dano quando a comoção social ficou evidente.

Ao mesmo tempo em que afirmava ser reconhecida internacionalmente como uma das empresas que mais se preocupam com meio ambiente, a ironia — esta sim — era que se avolumavam informações que demonstram o oposto, a persistente negligência com a proteção ambiental.

Uma empresa do porte da Petrobras, que até hoje, com a cumplicidade de autoridades estaduais e federais omissas, não tem licenciamento ambiental para operação e não cumpre a Lei estadual 1.898/91, que exige auditoria ambiental anual, não tem credibilidade para falar em compromisso ambiental. Uma empresa que deixa vaziar óleo na baía durante quatro horas sem tomar providências não tem um sistema sério de prevenção e monitoramento de seu altíssimo risco ambiental.

Um gigante como a Petrobras, que só agora fala em procurar técnicas mais avançadas de preservação ambiental, deveria estar sentado num tribunal, no banco dos réus, e não na TV, tapando o sol com a peneira. Diante do impacto ambiental e do prejuízo à população, se alguém deveria ser afastado de seu cargo é o presidente da empresa, responsável maior pela ausência de uma política ambiental adequada, e não dois técnicos pegos para bode expiatório, como aconteceu.

Deve-se, ainda, apontar o que toca ao poder público estadual e federal pelo acontecido. É o Ibama sucateado, sem meios e instrumentos para fiscalizar. É o Governo estadual que talvez não use todo seu empenho para pressionar uma grande empresa a se enquadrar na legislação ambiental. É o excesso de ênfase na multa de R\$ 50 milhões, como se fosse o fecho de ouro para a história. A Lei de Crimes Ambientais precisa mesmo ser cumprida e é evidente que esses recursos devem ser totalmente dirigidos à recuperação da baía, mas o prejuízo real, em termos da cadeia de vida afetada e da desestruturação social daqueles diretamente atingidos, não tem preço e nem prazo para ser saldado.

Se a Petrobras pretende ter, a partir de agora, um compromisso real com o meio ambiente, deve aceitar uma perícia ambiental independente, com participantes e observadores de entidades da sociedade capacitadas para tal.

O que não resolve mais — e agride a inteligência e a sensibilidade de todos os brasileiros — é querer encerrar o assunto *interna corporis*, contratando peritos que, a rigor, fazem parte do poderoso setor petroleiro, seja nacional ou internacional.